

O Comunismo como Ideologia de Partidos Políticos

Edinei Oliveira Vasco*

Introdução

Quando Marx e Engels lançaram, em 1848, o *Manifesto do Partido Comunista*, este não se referia aos "partidos comunistas" tais como existem hoje, pois a obra não tem nenhuma relação com a noção moderna de partido político, mas refere-se, sim, àqueles indivíduos que se posicionam a partir das perspectivas e concepções do comunismo, isto é, aqueles que tomam partido da causa comunista. Marx e Engels viveram em um contexto histórico, social e político no qual ainda não existiam partidos políticos modernos. Foi somente no final de suas vidas que alguns partidos socialdemocratas, ainda de forma embrionária, começaram a aparecer nos primeiros países capitalistas na Europa Ocidental.

Conforme Viana (2013), quando se lê em livros de História referências ao “partido de César” ou ao “partido de Napoleão”, isto não significa que naqueles períodos históricos existiam partidos políticos, no sentido que se tem deles hoje. É preciso se atentar para o fato de que os partidos políticos, a partir de suas especificidades, são fenômenos modernos. E isso significa que eles são produtos típicos da sociedade moderna capitalista, na qual toda a existência é dominada pelo capital. Logo, é com a formação e desenvolvimento do modo de produção capitalista e, por conseguinte, com a estruturação do Estado que lhe é correspondente – o Estado burguês –, que os partidos políticos aparecem e se consolidam.

Portanto, a noção semântica de partido é, de certa maneira, ampla; mas, no sentido e contexto em que aparece nas expressões “partido de César”, “partido de Napoleão” ou mesmo em “Manifesto do Partido Comunista”, significa o mesmo que “posição”. Nesses casos, o problema comum, porém equivocado e que tende a se tornar ideológico, consiste em confundir o termo “partido” – “tomar parte de” (participar) ou “fazer parte de” (pertencer) – com “partido político”. E, ainda que os motivos de formação e consolidação dos modernos partidos políticos estejam em torno de reivindicações a determinadas causas, nem toda reivindicação, participação ou pertencimento a uma causa se remete, necessariamente, à constituição de um “partido político”, podendo ser outras formas de organização política ou social.

* Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás.

Nesse sentido, o presente artigo propõe, primeiramente, a partir de uma breve definição histórica e teórica, compreender quais são as verdadeiras especificidades que caracterizam os partidos políticos modernos e demonstrar em que aspectos eles se distinguem das demais formas de organizações políticas e sociais historicamente estabelecidas. Em seguida, e tendo como referencial as especificidades supracitadas, será abordado o “comunismo” como ideologia de determinados partidos políticos, comparando as concepções do que realmente seja o comunismo – a partir de Marx e Engels – e evidenciando a sua impossibilidade prática por meio de partidos.

Partidos Políticos Modernos: uma breve definição histórica e teórica

O termo “política” também se insere numa amplitude conceitual e, nesse caso, requer uma concisa delimitação. De acordo com Soares (1978), a política pode ser considerada fundamentalmente de dois modos: a) do ponto de vista prático, sendo uma forma de atividade humana e relações interpessoais; b) do ponto de vista teórico, constituindo-se como uma ciência. Fala-se, por isso, de política para significar a atividade política dos homens ou para aludir à ciência política.

Do ponto de vista prático, enquanto considerada como atividade dos seres humanos, a política se prende diretamente à sua raiz etimológica. O termo é derivado do grego antigo e indicava todos os procedimentos relativos à *pólis* ou cidade-Estado e outras definições referentes à vida urbana. Logo, tem como significado básico o “viver em sociedade”. Aristóteles (1991) afirmava que o homem, por viver necessariamente em sociedade é, pelo seu próprio ser, um *zoon politikon*, isto é, um animal social, gregário. Assim, todo o homem é, em suma, um animal político, pois todos participam de uma atividade prática de relações sociais (SOARES, 1978).

A política, vista como atividade prática dos seres humanos, representa a atividade cotidiana de todos os elementos da sociedade na realização dos seus interesses individuais ou coletivos. Mas, por outro lado, num sentido restrito, a política é uma forma específica de agir daqueles que fazem dela a sua forma particular de atuação, ou seja, a política representa o exercício de um poder organizado com o objetivo de comandar os destinos de determinado agrupamento humano. Isto significa que, enquanto por um lado e em sentido amplo, todos os homens fazem ou realizam diariamente a política dos seus interesses; por outro lado e em sentido restrito, os políticos exercem os poderes instituídos com vista a realizar os fins para

os quais a sociedade se organizou. É nessa perspectiva que se pode entender a política como uma busca sistematizada pelo poder e como a técnica, gradualmente científica, de governar; sendo, portanto, uma atividade que dispõe cada vez mais de um processo de racionalização (SOARES, 1978).

Para Weber (1982), a política que, inicialmente, era entendida como sinônimo de liderança deve ser compreendida, em sua condição moderna, no âmbito da luta pela conquista e liderança do Estado. Política, nesse caso, está relacionada ao conflito em busca por distribuição e articulação do poder estatal. E isto é um dos elementos característicos e definidores dos partidos políticos, pois em suas constituições, mesmo aqueles considerados pequenos, almejam conquistar o poder do Estado, uma vez que tal poder se substancializa em cargos, prestígios e mandatos.

As pré-condições necessárias para o surgimento dos partidos políticos modernos começaram a florescer em um contexto histórico preciso, marcado pelo desenvolvimento e consolidação das instituições burguesas e também pelo fortalecimento do movimento operário. Com a derrubada das antigas instituições feudais e de seus resquícios, a classe burguesa conseguiu, a princípio, hegemonizar o movimento oposicionista e moldar novas instituições à sua semelhança e conforme seus interesses (VIANA, 2013). Porém, na sua luta contra a nobreza, a burguesia possuía um aliado que, futuramente e conforme Marx e Engels (1993, p.78), se tornariam “seus próprios coveiros”: o proletariado.

As armas de que se se serviu a burguesia para abater o feudalismo voltam-se agora contra a própria burguesia. Mas a burguesia não forjou apenas as armas que lhe trarão a morte; produziu também os homens que empunharão essas armas – os operários modernos, os proletários. [...] A burguesia produz, acima de tudo, seus próprios coveiros. Seu declínio e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis (MARX; ENGELS, 1993, p. 72, 78).

O proletariado, que ao lado da burguesia confrontava a sociedade feudal, também desejava se autonomizar e defender seus próprios interesses. Na Revolução Francesa, por exemplo, a classe proletária, representada pelos *sans-culottes* – considerados o braço pobre da revolução –, começou a ensaiar o processo que levaria a classe operária à sua autonomização. Mas foi somente em 1871 que tal processo atingiu o seu ápice ao ensejar a experiência heroica da Comuna de Paris, tida como a primeira revolução proletária, na qual a autogestão social tornou-se uma realidade concreta e quando se esboçou os primeiros conselhos operários. No entanto, uma violenta reação da burguesia, com um numeroso e

forte aparato militar e policial, reprimiu e massacrou os integrantes da Comuna de Paris, colocando fim à primeira experiência de um governo revolucionário de composição operária.

De tempos em tempos os operários triunfam, mas é um triunfo efêmero. O verdadeiro resultado de suas lutas não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos trabalhadores. Esta união é facilitada pelo crescimento dos meios de comunicação criados pela grande indústria e que permitem o contato entre operários de diferentes localidades. Basta, porém, este contato para concentrar as numerosas lutas locais, que têm o mesmo caráter em toda parte, em uma luta nacional, uma luta de classes (MARX; ENGELS, 1993, p. 74-75).

Se, por um lado, o proletariado reconheceu que o processo revolucionário era possível; por outro lado, a burguesia também aprendeu muito com a Comuna de Paris, pois, procurando evitar novas investidas, passou a desenvolver maneiras de controlar a classe operária, não somente através da ideologia e da repressão, mas principalmente através de instituições sociais que pudessem “ajustar” e integrar a classe operária no seu processo de produção e, por conseguinte, atenuar as lutas de classes.

Assim, a origem dos partidos políticos modernos – enquanto instituições – ocorre a partir de um contexto histórico que é o da luta de classes no século XIX. É quando acontecem mudanças significativas nas formas capitalistas de regularização das relações sociais: Estado capitalista, democracia burguesa, formas jurídicas, políticas e ideológicas etc. (VIANA, 2013, 2007). Isso ocorre porque cada modo de produção tende a gerar determinadas formas de regularização das relações sociais, também conhecidas como “superestrutura” (MARX, 1983). Como consequência:

A democracia burguesa até o início do século 20 não havia conquistado sua estabilidade. Isto quer dizer que a classe burguesa e o Estado capitalista não haviam ainda organizado ela no sentido de evitar qualquer possibilidade de mudança real e impedindo o surgimento de qualquer brecha revolucionária. É somente após a segunda guerra mundial que a democracia burguesa fecha totalmente o cerco e se torna uma garantia para a reprodução do modo de produção capitalista (VIANA, 2013, p. 37).

A partir de então, qualquer tentativa de revolução social só poderia ocorrer contra a democracia burguesa. Por conseguinte, a instauração da democracia partidária gera o processo de criação de partidos políticos que se expandem, se modernizam e se organizam no interior do regime democrático representativo burguês. Logo, a democracia burguesa, partidária e representativa, através de seu modo de funcionamento e no contexto de uma

sociedade capitalista, condiciona, de forma burocrática, não apenas a criação, mas também a ação dos partidos políticos modernos.

Nesse sentido, e de acordo com Viana (2013), estes partidos tornaram-se organizações burocráticas cujo objetivo é basicamente a conquista do Estado. Para que a luta pelo poder do Estado possa se tornar legítima, eles se utilizam da ideologia da representação e, conseqüentemente, tendem a expressar os interesses de uma ou outra classe ou fração de classe existentes. Para um melhor entendimento, Viana (2013, p. 10) especifica os quatro elementos principais que caracterizam os partidos políticos modernos, sendo eles: 1) a organização burocrática; 2) o objetivo de conquistar o poder do Estado; 3) a ideologia da representação como base de sua busca por legitimação; e 4) expressar os interesses de classe ou fração de classe.

Em relação à questão burocrática, Weber (1982, 1999) afirma que a cultura ocidental é marcada pelo processo de racionalização da vida e desenvolvimento contínuo de formas de controle e dominação. Nesse cenário, a burocracia moderna não pode ser compreendida apenas como uma forma avançada e racional de organização administrativa, mas deve também ser entendida a partir dos elementos que a caracterizam como uma forma de dominação legítima. Weber, em toda a sua obra, se utiliza da construção de tipos ideais, tais como os *tipos de ação social*, os *tipos de capitalismo* etc. e, dentre estes, têm-se as três formas puras de dominação, a saber: *legal, tradicional e carismática*.

De maneira sucinta, pode-se definir a dominação *legal* como aquela que está relacionada à utilização de pressupostos legais legítimos para estabelecer e determinar o exercício legal do poder. A *tradicional* consiste na dominação fundamentada na tradição, definida por princípios enraizados que são repassados a gerações posteriores, tais como valores, hábitos e costumes baseados na família ou em grupos sociais responsáveis em reproduzir seu *status* de superioridade e prestígio. A *carismática*, diferente das outras duas formas de dominação que se consolidam por elementos externos, se estabelece por especificidades “subjetivas” do sujeito e pode ser percebida com mais evidência nas manifestações populares – tais como as políticas e religiosas – quando determinados indivíduos se destacam pelo espírito de liderança a partir da força persuasiva do discurso e, por conseguinte, em conseguir convencer multidões a segui-lo.

Para Weber (1982), a burocracia moderna é uma forma de dominação legal, pois está diretamente relacionada à utilização de pressupostos legais legítimos – no caso, a

burocracia Estatal – ou à ordem jurídica e administrativa que estabelece e determina, por meios burocráticos, o exercício legal do poder capaz de intervir e determinar normas. E isso revela que, nas condições modernas, o poder – entendido como uma forma de relação social específica que se utiliza de recursos tais como a força política, a condição material, a força física, etc. – tem contornos burocráticos, nos quais se defrontam aqueles que estão na condição de impor e aqueles que devem aceitar as imposições.

Tanto a burocracia quanto o processo de burocratização são, conforme Weber (1982), processos inevitáveis e evolutivos que estão presentes em qualquer tipo de organização moderna, seja ela de natureza pública ou privada. E, sendo assim, os atributos que regem e direcionam o funcionamento da burocracia tendem também a moldar instituições e configurar as formas de relações sociais da sociedade moderna. Logo, para serem eficientes, eficazes e alcançar seus objetivos no âmbito desta sociedade, os partidos políticos precisam se enquadrar na lógica racional da burocratização, tornando-a uma necessidade e característica elementar. E, ainda, não se esquecendo que:

[...] devido ao seu caráter de classe, enquanto classe, a burocracia é contrarrevolucionária, mesmo quando se alia ao proletariado, pois neste caso quer ser dirigente do processo revolucionário e assim reproduzir as relações dirigentes-dirigidos, tornando-se uma nova classe dominante ou se metamorfoseando em burguesia de Estado (VIANA, 2008, p. 27).

Nessa perspectiva, Viana (2013) enfatiza que os partidos políticos são organizações burocráticas devido ao seu objetivo principal: a conquista do poder político. E para a realização de tal objetivo é necessário ter eficiência e eficácia, o que exige recursos humanos capacitados, além de recursos financeiros, organização, disciplina, unidade, etc. Assim, aqueles partidos políticos, cujo objetivo é a conquista do poder do Estado por meio do processo eleitoral – configurado como democracia representativa –, precisam captar recursos financeiros, o que significa organização, distribuição e circulação destes recursos para o financiamento da campanha eleitoral; precisam de um quadro de funcionários composto por técnicos eficientes e pessoal disciplinado, e precisam também de uma unidade de ação. Em suma, sem a presença desses elementos seria quase impossível articular uma campanha eleitoral eficiente visando uma possível vitória.

Portanto, os partidos políticos modernos são organizações burocráticas, justamente porque sem o processo de racionalização e burocratização não conseguiriam atingir o seu objetivo que é a conquista do poder do Estado. E isso também significa que, ao conquistar o

poder, a burocracia partidária procura encaminhar uma significativa parte de seus membros para compor os quadros da burocracia estatal. Assim, e de acordo com Weber (1993), o político é, na sua forma moderna, um produto inevitável da racionalização e da especialização da burocracia político-partidária; ou melhor dizendo, é um profissional que deve – ao menos idealmente, mas na maioria dos casos materialmente –, fazer do funcionamento de seu partido um de seus propósitos e razão de viver.

No entanto, segundo Viana (2013), mesmo com todos os recursos disponíveis, nenhum partido consegue conquistar o poder político se não tiver o apoio das “massas” ou de classes e frações de classes. Ou seja, é necessário ter uma “base social”, pois na democracia representativa somente se conquista o poder através do processo eleitoral. Em termos mais claros, em uma democracia representativa só possuem chances reais de se chegar ao poder aqueles que conseguirem conquistar o maior número possível de eleitores. E, para tal, os partidos políticos se utilizam da *ideologia da representação*, tendo-a como base de sua busca por legitimidade para ascensão ao poder.

Nos regimes tidos como democráticos, a democracia representativa torna-se o principal instrumento utilizado pelo Estado capitalista para controlar as classes exploradas e os possíveis conflitos e revoltas. Assim, como expressão política da classe dominante, o Estado busca institucionalizar, regulamentar e controlar as insatisfações e contestações. E, para tal, ele impõe determinadas leis que regem a democracia representativa e, assim, direciona as lutas políticas em seu favor e, por conseguinte, as amortece. É por isso que, tal como afirma Viana (2013), a democracia representativa também é conhecida como democracia burguesa, pois nela – reforçada pela ajuda de sua classe auxiliar: a burocracia – prevalecem, essencialmente, os interesses e a hegemonia da classe burguesa.

É nesse sentido que os partidos políticos, com base em um processo de dissimulação-simulação, se utilizam da *ideologia da representação*, isto é, um discurso cujo objetivo, por um lado, é convencer as pessoas a escolherem seus melhores “representantes políticos”; e, por outro lado, omitir que, na verdade, representam apenas os próprios interesses (conquistar o poder e distribuir cargos entre a burocracia partidária), os interesses de seus financiadores e de sua base partidária. Em termos mais precisos, Viana (2013) afirma que a partir da ideologia da representação:

Dissimula-se o verdadeiro interesse de manter a ordem capitalista baseada na exploração de uma classe social por outra, que é de interesse da classe dominante, e simula-se representar o “povo”, a “nação”, etc. Aqui se observa duas coisas: por um lado, a existência de um interesse declarado,

mas falso, juntamente com a existência de um interesse real, verdadeiro, mas omitido no discurso e por outro lado, a ideologia da representação. O processo de dissimulação-simulação, marcado pela declaração de um interesse falso e pela omissão do verdadeiro interesse, tem sua raiz no caráter de todo partido político (VIANA, 2013, p. 12-13).

A ideologia, de acordo com Marx e Engels (2002), é uma inversão da realidade, que surge com a divisão social entre trabalho manual e trabalho intelectual. É quando aparecem os intelectuais, especialistas em sistematizar as ideias e assim considerá-las autônomas, naturais, independentes da história e da sociedade, e até mesmo produtoras da realidade. É como se a consciência – que nada mais é que o ser consciente – fosse capaz de se emancipar do mundo e começar a sistematizar teoria, teologia, filosofia, moral, etc. E, assim, fazendo com que as concepções da classe dominante se tornassem a expressão ideal das relações materiais dominantes, isto é, as relações materiais dominantes concebidas como ideias. Em outras palavras:

As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes; ou seja, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, a sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe assim, ao mesmo tempo, dos meios para a produção espiritual, pelo que lhe estão assim, ao mesmo tempo, submetidas em média as ideias daqueles a quem faltam os meios para a produção espiritual (MARX; ENGELS, 2002, p. 56).

Na ideologia da representação, o termo “representar” significa “tornar novamente presente” (VIANA, 2013). Sendo assim, aqueles que dizem representar o “povo”, a “nação”, o pobre, o trabalhador etc., devem, em suas práticas concretas do exercício político, tornar novamente presente o representado e, por assim ser, representá-lo mediante as suas reivindicações. Porém, como ideologia, tal processo de representatividade acaba se tornando mera ficção, quer dizer, uma inversão da realidade, devido, entre outras determinações, ao processo de dissimulação-simulação realizado pelos partidos políticos.

Ocorre, também, que a ideologia da representação, justamente por sua característica ideológica, tende a ocultar qual a classe ou fração de classe que determinado partido realmente representa. A maioria é representante exclusivo do grupo dominante e possui o interesse de conquistar o poder e, ao mesmo tempo, garantir a reprodução do modo de produção capitalista. E isso contrasta diretamente com os interesses da classe operária. Logo, é preciso se utilizar de um discurso da representatividade para conquistar os votos dos eleitores da classe operária e dos demais setores explorados, pois estes – ao contrário dos

votos da classe burguesa que são numericamente insignificantes – são a maioria esmagadora, tornando-se a parte substancial da população para a qual os partidos políticos direcionam seus discursos.

De acordo com Viana (2013), a relação entre partido político e classe social pode ser analisada a partir de dois ângulos principais: *composição social* e *hegemonia*. Para o autor, no que diz respeito à composição social, existem partidos que são *mais homogêneos*, tais como os partidos burgueses, fascistas, bolcheviques e os pequenos partidos. Entretanto, essa “homogeneidade” não significa que estes partidos são constituídos por indivíduos pertencentes a uma única classe; mas, sim, que apenas uma classe social possui consciência de seus interesses gerais, enquanto que os indivíduos de outras classes, que fazem parte do partido, acabam sendo envolvidos e aceitando a ideologia propagada.

Outros partidos já são considerados *menos homogêneos*, como, por exemplo, os socialdemocratas. Estes também podem ser qualificados como *heterogêneos*, pois a sua composição alcança uma maior variedade de classes e frações de classe, podendo estas manifestarem, mesmo de maneira contraditória, os seus interesses. E isso faz com que ocorra, no interior destes partidos, tendências e lutas de classe na busca por hegemonia. Portanto, do ponto de vista da *composição social*, todos os partidos políticos são constituídos por indivíduos provenientes de diversas classes sociais. No entanto, há uma distinção entre partidos *homogêneos* e *heterogêneos*: nos primeiros, a classe hegemônica domina de forma absoluta, enquanto que nos outros existem, em seu interior, conflitos e constante luta pela hegemonia¹ (VIANA, 2013).

Sob essa ótica, pode-se afirmar que a questão da hegemonia se torna imprescindível para se definir o caráter de classe de um partido, ou seja, tal caráter não pode ser estabelecido tão-somente por meio de estatísticas que apontam apenas para a origem de classes dos indivíduos filiados. É preciso compreender que, na essência dos partidos políticos modernos, além de existir todo um aparato burocrático, há também uma competição social que é perpassada por um processo de mercantilização, no qual tudo passa a ser medido pelo seu valor de troca. Assim, estes elementos (burocratização, competição e mercantilização) tendem a se reproduzir – tal qual a ideologia e a mentalidade burguesas – na consciência e nas práticas cotidianas da maioria dos filiados. E isso fortalece e garante a hegemonia da

¹ Nos partidos homogêneos também existem lutas internas, mas não são lutas entre classes sociais, e sim disputas no interior de uma única classe. Ou seja, são divergências entre os interesses de frações ou de grupos de uma mesma classe.

burocracia partidária, pois também facilita o processo de corrupção e cooptação de indivíduos e, ainda, cria obstáculos para a ação contestatória dos dissidentes. A hegemonia, portanto, na maioria dos casos, pertence à direção burocrática do partido (VIANA, 2013).

Em resumo, e conforme supracitado, as características e especificidades dos partidos políticos modernos podem ser determinadas, segundo Viana (2013), a partir de quatro apontamentos principais: 1) são organizações burocráticas; 2) têm como objetivo conquistar o poder do Estado; 3) utilizam a ideologia da representação como base de sua busca de legitimação; e 4) expressam os interesses de classe ou fração de classe.

O comunismo como ideologia de partidos políticos: teoria e prática

Em uma sociedade dividida em classes sociais antagônicas, o discurso, a linguagem e as palavras são perpassadas pelos conflitos de classe. Ou seja, a deformação de determinados termos – que ao ganhar as massas se materializam – expressa a existência de um processo de significação e ressignificação dos discursos a partir das relações, lutas e interesses classistas. E isso significa que na moderna sociedade capitalista, na qual as relações de poder estão instituídas, a linguagem se manifesta ideologicamente sendo perpassada pelo poder, pois, uma das formas sociais de se impor e exercê-lo é através da cultura e, principalmente, da linguagem. Nesse contexto, o poder é entendido como uma forma de relação social específica que se utiliza dos mais variados recursos, tal como a força física, força política e burocrática, condição material, etc., na qual se defrontam aqueles que se julgam na condição de impor suas vontades e aqueles que devem aceitar as imposições.

Este poder se materializa primeiramente através da ideologia, isto é, mais precisamente por meio da linguagem. Conforme Bakhtin (2009), o grupo hegemônico possui o interesse em criar obstáculos para o livre desenvolvimento da consciência humana, permitindo apenas que esse desenvolvimento vá até um limite aceitável e restrito, pois, a consciência adquire forma e existência a partir dos signos criados por um grupo organizado no decorrer das relações sociais. Em outros termos, a lógica da consciência é desenvolvida por meio da comunicação ideológica que a engendra:

A consciência que temos do mundo é mediada pela linguagem, que facilita ou cria obstáculos para o seu desenvolvimento. [...] a base da linguagem é a sociedade, tal como é a da consciência. A consciência, por sua vez, também é social. Ambas estão intimamente ligadas à sociedade que as engendraram. Por isso, elas tendem a reproduzir a sociedade existente. Isto também é um interesse daqueles que detém o poder. A linguagem tende a

se tornar coisificada e o mesmo ocorre com a consciência (VIANA, 2009, p. 12-13).

São essas relações sociais, a partir da divisão social do trabalho, que permitem o desenvolvimento de determinadas categorias do pensamento, sendo, portanto, o elemento central para se compreender a visão parcial e limitada da realidade. Ou seja, a divisão social do trabalho e, mais precisamente, a especialização no trabalho intelectual, é a condição de possibilidade para a produção e reprodução de ideologias (MARX; ENGELS, 2002). Assim, não são as ideias, discursos e representações acerca dos partidos políticos – concepções produzidas e reproduzidas pelos seus partidários – que definem o caráter de classe e a perspectiva de um partido, uma vez que:

Não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou se representam, e também não dos homens narrados, pensados, imaginados, representados, para daí se chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos, e com base no seu processo real de vida apresenta-se também o desenvolvimento dos reflexos e ecos ideológicos deste processo de vida (MARX; ENGELS, 2002, p. 56).

Sob essa ótica, sabe-se que em quase todos os países do mundo existem partidos políticos que, discursivamente, se autointitulam ou são intitulados e reconhecidos como “Partidos Comunistas”. No entanto, tal como elaborada por Marx e Engels (1993), uma autêntica acepção do que realmente seja o comunismo – assim como dos indivíduos que dele tomam parte –, não pode ser aplicada a tais partidos e, da mesma maneira, à maioria dos seus membros. E isto justamente porque o processo real e concreto de existência destes partidos – as suas formas de organização, os discursos e as ideologias propagadas, assim como as estratégias para se conquistar o poder do Estado e cujo direcionamento define o seu caráter classista –, não condiz com a perspectiva comunista. A estes partidos e às suas práticas se aplica, segundo Viana (2013), a denominação de bolchevismo, haja vista que seguem o mesmo modelo do partido bolchevique russo, bem como o seu caráter de classe.

O partido bolchevique russo surgiu de uma dissidência da socialdemocracia russa quando esta abandona a ideia de revolução e de substituição da sociedade capitalista por uma sociedade autogerida, e passa a defender a proposta de reformar o capitalismo e, por meio do reformismo, produzir o bem-estar social². Posteriormente, o bolchevismo hegemoniza a revolução de 1917 na Rússia e, logo após o golpe de Estado em outubro, assume o poder

² Daí vem o nome que as demais correntes qualificam a socialdemocracia: reformismo (VIANA, 2013, p. 36).

neste país. Se declarando “comunistas”, os bolchevistas instauram um regime de capitalismo de Estado – abolindo a propriedade privada individual da burguesia e instaurando a propriedade coletiva da burocracia – e, a partir daí, passam a influenciar todos os partidos “comunistas” (ditos não-reformistas) tanto na forma de organização quanto na ideologia e nos objetivos.

Esta configuração de partido, com a sua rígida organização burocrática partidária e com a ideologia que o sustenta, torna-se um modelo exportado para o resto do mundo, passando a existir partidos intitulados “comunistas” em quase todos os países. Seus principais líderes foram Lênin, Trotski e Stálin, que formariam as suas três correntes principais; porém, a dissidência trotskista também irá se expandir e formar outros partidos bolchevistas com algumas poucas distinções relacionadas à concepção de partido (VIANA, 2013).

Os bolchevistas também se utilizam do discurso da representatividade para conquistar os votos dos eleitores da classe operária, e, em segundo plano, os dos setores sociais considerados “progressistas”. Na verdade, grande parte dos seus militantes tem como intenção defender os interesses dos trabalhadores, e isso reforça a ilusão – tanto no interior do partido quanto junto às classes exploradas – de que eles, em sua totalidade, são os representantes do proletariado. No entanto, o seu “centralismo democrático” que é, na realidade, um centralismo burocrático – cujo rígido processo é caracterizado pela divisão entre dirigentes e dirigidos –, procura selecionar aqueles indivíduos que, de certa forma, se identificam com os princípios do partido e, em vista disso, podem ser admitidos em suas fileiras, assim podendo participar de encontros e cursos de formação política e ideológica.

De fato, segundo Viana (2013), a formação intelectual dos seus militantes é muito mais ilusória do que real, pois, ao invés de formar estudiosos e teóricos, o partido geralmente forma doutrinários que passam a reproduzir a doutrina partidária e a posição assumida pelos seus líderes. E isto se justifica pelo fato de que a sua burocracia partidária se considera a “vanguarda avançada” da classe operária e, por assim ser, acredita possuir uma ciência da sociedade, o que autoriza o partido a ser o portador da consciência socialista. São concepções que se fundamentam na ideologia da vanguarda – elemento fundamental dos partidos bolchevistas, juntamente com a “teoria do reflexo” e a estatização dos meios de produção etc. –, tal qual elaborada por Lênin (1978).

Mas, ao contrário das concepções bolchevistas, o comunismo – sem aspas – não tem nada a ver com as experiências na URSS, China, Cuba e outros países que, por meio de uma contrarrevolução burocrática, instauraram um capitalismo de Estado sob o nome de socialismo. O comunismo não é um estado de coisas que deve ser sistematizado e estabelecido a partir de certas instituições burocráticas, normas ou vanguardas que indiquem o seu caminho. O comunismo não é um ideal pelo qual a realidade terá de se regular, pois ele nada mais é do que o “movimento real que supera o atual estado de coisas” (MARX; ENGELS, 2002, p. 42). A revolução só pode ser efetivada pela totalidade da classe operária em seu movimento, e não por organizações que dizem representá-la. Suas condições resultam da premissa atualmente existente; sendo, portanto, a expressão positiva da abolição da propriedade privada e da autoalienação humana (MARX, 2008, p. 105).

Assim, o comunismo, em sua essência, é contra todas as formas de alienação, opressão e exploração, e tem como objetivo fundamental a supressão destas formas a partir da abolição da propriedade privada, assim como a abolição do Estado, das classes sociais e demais relações sociais capitalistas. Em suma, o comunismo é a doutrina das reais condições de libertação do proletariado (MARX; ENGELS, 1993). Compreende-se, nessa perspectiva, e vale frisar, que os modernos partidos políticos são instituições burocráticas, geridas por um conjunto de leis e regimentos internos e estatais, o que os estabelece como força auxiliar do Estado e, ao mesmo tempo, do capital. Logo, partidos políticos essencialmente comunistas não existem, pois seria uma contradição não apenas social, teórica e histórica, mas, sobretudo, ontológica, uma vez que o comunismo só pode ser compreendido como autogestão social³.

Marx (2008, p. 105) também ressalta que o comunismo ainda não desenvolvido, quer dizer, o comunismo político em sua natureza – no interior de um regime democrático ou despótico –, mesmo com certo avanço, que lhe direcione para uma possível abolição do Estado, é ainda uma forma de comunismo incompleto e influenciado pela propriedade privada, isto é, pela alienação do homem. Ainda é uma forma de comunismo que se encontra encarcerado e contaminado pela propriedade privada. Em tal fase, o comunismo certamente compreendeu o seu conceito, mas ainda está distante da sua essência libertária.

Entende-se, que na atual fase, o que de fato existem são partidos políticos modernos que se intitulam ou são intitulados como “comunistas” (ou de “esquerda”) e, a partir dessa

³ Para uma análise detalhada e melhor compreensão sobre Autogestão Social, cf. Viana (2008).

acepção, se utilizam de um discurso que os legitime como tal, fazendo com que as verdadeiras perspectivas libertárias sejam deturpadas, confundindo-as com as atitudes destes partidos. No entanto, é preciso deixar claro que a classificação usual e cotidiana, que dicotomiza os partidos como sendo de “direita” ou de “esquerda”, é insuficiente para definir tanto o caráter quanto as suas reais perspectivas. São termos que, envoltos num maniqueísmo abstrato, suscitam muito mais problemas e equívocos do que esclarecimentos⁴.

Contudo, o que importa entender é que os partidos políticos, em suas práticas concretas no exercício do poder político, contradizem suas promessas, seus discursos e lemas partidários de campanha; pois, uma vez no poder, suas práticas são direcionadas a condescender com diretrizes governamentais, justamente em função de seu comprometimento institucional e burocrático com a legislação estatal capitalista. Em outras palavras, aqueles que se proclamam como representantes do povo e conseguem chegar ao poder, o mais rápido possível procuram consolidar o poder conquistado e reforçá-lo. Para isso, eles se utilizam de mecanismos burocráticos com o intuito de proteger suas posições com novas trincheiras defensivas, se distanciando cada vez mais, até conseguirem se esquivar por completo do controle popular. Ou seja, “é um ciclo natural percorrido por todo representante: oriundo do povo ele acaba por cima do povo” (PROUDHON apud MICHELS, 1982, p. 24). Nessa mesma perspectiva, Viana pontua que:

Na verdade, na democracia representativa, o eleitor ao escolher seu representante delega o poder a este e de “soberano” passa a “súdito”. Delegação de poder significa transferência de poder. “Terminadas as eleições, termina também o poder dos eleitores sobre os seus eleitos”. Mas, para se manter no poder, a burocracia partidária, tanto nas questões internas do partido quanto nas externas, precisa apelar para a ideologia da representação. É por isso que a democracia representativa também é chamada de democracia burguesa, pois nela prevalece os interesses e a hegemonia da classe burguesa, reforçada pela ajuda de sua classe auxiliar, a burocracia (VIANA, 2013, p.17).

Nessa concepção, o Estado é a forma em que os indivíduos de uma classe dominante fazem valer os seus interesses comuns que se condensam em toda a sociedade civil de uma época. Logo, todas as instituições que são mediadas por uma legislação estatal adquirem uma característica política. Daí a ilusão de que a lei assentaria na vontade e, mais precisamente, em uma vontade dissociada da sua base real, na vontade livre (MARX; ENGELS, 2002, p. 101).

⁴ Para superar a falsa oposição entre “direita” e “esquerda”, cf. Viana (2016).

É nesse sentido que se compreende a especificidade dos partidos políticos modernos, isto é, produtos típicos da sociedade que os engendra; sendo, portanto, contrarrevolucionários. Assim, a oposição “comunista” meramente ideológica e discursiva efetivada por determinados partidos contra o Estado e grupos dominantes governistas tende apenas a garantir cada vez mais a conservação do capitalismo, pois é uma oposição conveniente e legitimada dentro de um sistema do qual também procuram fazer parte e ascender ao poder. Não se atentam para o fato de que, numa perspectiva comunista, o Estado capitalista – principal forma de regularização das relações sociais no capitalismo – não deve ser conquistado ou reformado; mas, sim, destruído. A sua manutenção significa a manutenção da dominação e da exploração. Logo, a abolição do Estado é condição de possibilidade da emancipação humana.

Segundo Marx (2008), para a supressão da ideia de propriedade privada basta, de certa forma, o “comunismo” apenas pensado, ideológico e político; ou seja, basta uma mera idealização que se utilize do processo de dissimulação-simulação. Mas, por outro lado, para a abolição concreta e efetiva da propriedade privada é necessária uma ação comunista genuína e efetiva, pois, “a libertação é um ato histórico, não um ato do pensamento, e é efetuada por relações históricas” (MARX; ENGELS, 2002, p. 25). E se a alienação da vida humana continua, uma alienação ainda maior permanece quanto mais se tem consciência da mesma. E isso só terá fim, de acordo com Marx (2008), com o estabelecimento concreto do comunismo.

Considerações finais

Um espectro ronda os partidos “comunistas”: o espectro do poder político estatal. Isso significa que tanto a ideologia quanto a própria etimologia dos partidos ditos “comunistas” tornam-se concepções ilusórias e improváveis de se concretizarem na prática, pois, os partidos “comunistas”, assim como todos os partidos políticos modernos, são instituições burocráticas, geridas por regimentos internos e estatais, o que os coloca como força auxiliar do Estado e, por conseguinte, do capital. Logo, conforme abordado, o “comunismo” enquanto ideologia de partidos políticos torna-se uma contradição, não apenas histórica e teórica, mas, sobretudo, ontológica.

Nessa perspectiva, o presente texto procurou demonstrar que a política, enquanto “arte e técnica de governar”, foi primeiramente um mecanismo utilizado para impedir as

classes subalternas de intervirem diretamente naquilo que direcionava e dizia respeito às suas próprias vidas. Em época posterior, a política foi sistematizada a partir da "democracia representativa", ou seja, um processo racional que, ao se utilizar da ideologia da representação, é capaz de convencer as pessoas a escolherem os seus "representantes políticos" que, na verdade, representam muito mais os próprios interesses, os de seus financiadores e de sua base partidária.

Compreende-se, nesse sentido, que a ideologia da representação tende a produzir no imaginário – principalmente das classes exploradas – a ilusão de que, ao término de cada processo eleitoral, os “representantes” escolhidos trarão as mudanças necessárias e favoráveis. Tal ilusão apenas silencia – temporariamente – as legítimas reivindicações da classe trabalhadora e, por conseguinte, modera, amortece e adia uma inevitável transformação social concreta.

Parafraseando Bauman (2010), é possível afirmar que a democracia partidária burguesa – metabolizada modernamente como “democracia representativa” via partidos políticos – é um sistema essencialmente parasitário e contraditório. Pois, assim como todos os parasitas, ela só pode sobreviver durante determinado período desde que encontre organismos que lhe forneçam o alimento necessário à sua sobrevivência, isto é, o voto que legitima a sua ascensão e permanência no poder. No entanto, tal qual todos os parasitas, o sistema partidário burguês também não consegue sobreviver sem explorar e prejudicar os organismos que o alimentam, fazendo com que, cedo ou tarde, os organismos prejudicados – a classe trabalhadora – desenvolvam mecanismos de defesa (naturais e adquiridos) cuja finalidade é a destruição do parasita que lhes consomem.

Portanto, e de acordo com Rosa Luxemburgo, não existe outra possibilidade para a classe oprimida se libertar, senão através da recusa e abolição das instituições e hierarquias estabelecidas (apud TRAGTENBERG, 1991), uma vez que esta classe, segundo Marx e Engels (1993), nada tem a perder, a não ser suas correntes.

Este breve texto teve um caráter introdutório e crítico, cuja intenção centra-se mais em suscitar novos questionamentos e, conseqüentemente, novas discussões acerca dos partidos políticos modernos como instituições burocráticas e contraditórias; e, principalmente, sobre as ideologias contrarrevolucionárias que os legitimam, tal como o “comunismo”.

Referências bibliográfica

- ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2009.
- BAUMAN, Zygmunt. *Capitalismo Parasitário*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- LÊNIN, Wladimir. *Que fazer?* São Paulo, Hucitec, 1978.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Centauro, 2002.
- MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: UnB, 1982.
- SOARES, Fernando Luso. *Introdução à política I*. Lisboa: Editorial Escol, 1978.
- TRAGTENBERG, Maurício. Rosa Luxemburgo e a crítica dos fenômenos burocráticos. In: LOUREIRO, I. M; VIGEVANI, T. (Orgs.). *Rosa Luxemburgo: a recusa da alienação*. São Paulo: FUNDUNESP, 1991.
- VIANA, Nildo. *A Consciência da História: Ensaio sobre o materialismo histórico-dialético*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.
- VIANA, Nildo. *Manifesto Autogestionário*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2008.
- VIANA, Nildo. *Linguagem, Discurso e Poder*. Ensaio sobre linguagem e sociedade. Pará de Minas, MG: Editora Virtualbooks, 2009.
- VIANA, Nildo. *O que são Partidos Políticos*. Brasília: Editora Kiron, 2013.
- VIANA, Nildo. *Direita e esquerda: duas faces da mesma moeda*. Revista Posição. Ano 3, Vol. 3, num. 10, abr./jun. 2016.
- WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1982.
- WEBER, Max. *Metodologia das ciências sociais*. Campinas: Editora Cortez, 1992.
- WEBER, Max. *Parlamento e Governo numa Alemanha Reordenada - Crítica Política do Funcionalismo e da Natureza dos Partidos*. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Vol. I. Brasília: Editora UnB, 1998.